

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24 25

26 27

28 29

30 31

32

33

34

35

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2021, às 09h00, os membros do Conselho de Administração da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo reuniram-se por meio de videoconferência, através da Plataforma Google Meet (link: https://meet.google.com/zaq-uoug-fca), para participarem da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração. Participaram os seguintes conselheiros: Nelson Cunha Guimarães Guimarães, representando a Copasa; Jadir Silva de Oliveira, representando a FIEMG; Gilberto Tiepolo, representando a The Nature Conservancy (THE NATURE CONSERVANCY (TNC); José de Castro Procópio, Valter Vilela Cunha e Júlio Cesar Nery Ferreira, como membros independentes. Participaram como convidados os Conselheiros Fiscais: João Carlos de Melo, representando o Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM; Márcio Tadeu Pedrosa e Frederico Luciano Santos, representando a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, Tarcísio de Paula Cardoso, representando a Associação Comunitária dos Chacareiros do Maravilha – ACOMCHAMA e Weber Coutinho representando a Associação Comunitária de Recuperação da Bacia da Pampulha. Participaram também: Berenice Coutinho Malheiros dos Santos, Célia Maria Brandão Fróes, Rubia Santos Barbosa Mansur, Simone dos Santos Reis, Thiago Batista Campos, Tais Passos Guimarães e Ohany Ferreira, pela Agência Peixe Vivo; Luiza Baggio pela Comunicação, como convidada. Inicialmente, Simone Reis fez a leitura da seguinte pauta: Item 1 - Abertura e verificação de quórum. Item 2 - Informes: - Situação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias dos rios das Velhas e Pará em 2021; - Pagamento de seguro para os conselheiros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Item 3 - Discussão sobre a proposta de alteração na composição do Conselho Fiscal da Agência Peixe Vivo. Item 4 – Assuntos Gerais. Item 5 – Encerramento. 1 – Nelson Cunha Guimarães , como Presidente do Conselho de Administração, dá boas vindas a todos, verifica que o quórum foi atingido. Cumprimenta os Conselheiros Fiscais e agradece o aceite ao convite de participação à reunião e solicita que Simone Reis leia a pauta. 2 – Informes: - sobre a situação da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas bacias dos rios das Velhas e Pará em 2021. Nelson Cunha Guimarães considera importante a discussão quanto à cobrança e pontua que o atraso ou não repasse dos recursos que deixam a Agência em uma situação de vulnerabilidade, tendo em vista que o recurso é fundamental para a manutenção da Agência. Nelson Cunha Guimarães diz estar bastante envolvido na busca de uma solução para esse problema, informa que o Decreto nº. 48.160/2021, aprovado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, alterou a forma de pagamento dos usuários em relação à cobrança pelo uso da água e essa alteração relaciona, fundamentalmente, com as apurações dos valores, que até o ano de 2020 eram feitas no próprio ano de pagamento pelos usuários. Ressalta que, de acordo com novo Decreto, a cobrança será feita no ano subsequente ao uso e, portando, não haverá o pagamento pelos usuários no ano de 2021 e esse pagamento ocorrerá apenas no ano de 2022, a partir do que for usado efetivamente em 2021. Os próprios usuários farão a medição e a declaração do que foi utilizado. Os valores medidos e declarados no mês de janeiro serão confirmados pelos IGAM e os pagamentos processados apenas no segundo semestre de 2022. O pagamento poderá ser feito à vista ou em 4 parcelas, os boletos serão emitidos em julho, agosto, setembro e novembro. Explica que o Decreto trouxe um novo procedimento gerando uma suspensão do pagamento de todos os usuários que estavam em dia. Todos os usuários, incluindo os maiores, entre eles a Copasa, estão com o pagamento suspenso no ano de 2021. Informa que a estratégia do IGAM era justamente fazer um mutirão de cobranças de usuários inadimplentes e através disso sustentar o repasse para as agências no ano de 2021, mas infelizmente não aconteceu. Feitas estas considerações,







37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47 48

49 50

51

52

53 54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

ressalva que Celia Fróes terá mais propriedade para explicar as alterações provocadas pelo Decreto. Nelson Cunha Guimarães disserta que essa alteração gerou um impacto na programação e no planejamento de aplicações dos recursos da Agência Peixe Vivo, podendo, inclusive, paralisar suas atividades. Nelson Cunha Guimarães passa a palavra para Célia Fróes que cumprimenta a todos, parabeniza Nelson Cunha Guimarães pela contextualização geral e informa que a publicação desse Decreto foi em 24 de março de 2021, próximo do dia Mundial da Água, 22 de março. Explica que o Decreto foi discutido no âmbito do Conselho Estatual, e publicado pelo Governador de Minas Gerais, sem participação das Entidades Delegatárias equiparadas e nem dos Comitês. Ratifica a fala do Nelson quanto à cobrança que será no ano subsequente. Esclarece que os boletos serão emitidos a partir de julho de 2022, em quatro parcelas: julho recebe em agosto, agosto recebe em setembro, setembro recebe em outubro e o de outubro recebe em novembro. Mas, não foi discutida a forma como as Agências irão se sustentar. A Agência Peixe Vivo fez o planejamento para 2021, baseado na correção que teve do PPU aprovado pelo Comitê, Conselho de Administração e Conselho Estatual de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais. Foi considerado um aporte para o custeio da entidade e também para os investimentos. Sem o novo Decreto a Agência Peixe Vivo estava tranquila, já que iniciou o ano com um saldo de mais de quinhentos mil reis para as despesas de custeio, o restante da receita para o ano seria a entrada dos valores que seriam cobrados ao longo de 2021. Ressalta que o Decreto prevê uma transição para a nova metodologia em até três anos. Pontua que o IGAM convidou as entidades equiparadas para uma reunião no dia oito de abril de 2021, onde estavam presentes o Diretor Geral do IGAM, as entidades e a equipe do IGAM. Durante esta reunião, quando apresentaram essa proposta de fazer a implementação do novo procedimento de uma vez em 2021, a Agência Peixe Vivo pontuou que isso deveria ser de forma lenta, transitória e eles ficaram de avaliar a situação, inclusive, para tanto, solicitaram o fluxo de custeio de 2021 e 2022, o que foi repassado, mas, não houve retorno sobre as ponderações apresentadas pela Agência Peixe Vivo. Apesar da Agência Peixe Vivo ter uma conta única para o custeio e o investimento, os recursos do custeio (fonte 7,5%) não seriam suficientes para a sua manutenção até o final de 2021 e primeiro semestre de 2022. A direção do IGAM foi alertada das dificuldades que a Agência enfrentaria para o seu custeio e se comprometeram a buscar uma solução. Como primeira solução fizeram a cobrança de alguns usuários que não tinham sido cobrados em 2020, de cerca de um milhão e trezentos mil reais, porém o pagamento foi irrisório, porque os boletos são baixados por cada usuário no site no IGAM e, por ser uma novidade, muitos usuários apresentaram dificuldades de acesso. De um milhão e trezentos mil reais, foram recebidos da primeira parcela, cerca de trinta e dois mil reais. O IGAM pediu ajuda da Agência Peixe Vivo para ajudar na campanha de divulgação e cobrança junto a esses usuários. A Agência está empenhada e trabalhando com o IGAM para ter uma relação dos maiores pagadores cobrados. A campanha inclui uma articulação e mobilização junto aos usuários para ensinar como emitir o DAE (boleto). Verificou-se que uma das dificuldades para o bom desenvolvimento do trabalho é o próprio banco de dados do IGAM, por ser incompleto, notadamente pela ausência de e-mails, telefones e endereços corretos dos usurários. Rúbia Mansur, gerente de Integração, complementa que alguns cadastros de usuários estão sem email ou telefone. Complementa também, dando o exemplo do SAAE de Itabirito, que tem a cobrança de uma fatura que foi paga antecipada e no sistema consta como aberta. Célia Fróes afirma que isso mostra a fragilidade que é o processo de cobrança do próprio IGAM, e ainda que sempre ponderou junto ao IGAM esta fragilidade. Por fim, após várias







72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

provocações junto ao o IGAM, nos foi apresentada como solução provisória, o pagamento antecipado por parte dos maiores pagadores da bacia hidrográfica do rio das Velhas, como Copasa e Vale. Todavia, essas tratativas ainda estão em andamento. Nelson Cunha Guimarães informa que a transição do processo de cobrança foi deficiente e pergunta se a SAAE de Sete Lagoas é a mais inadimplente. Célia Fróes confirma e informa que o débito da SAAE é de cerca de quinze milhões de reais. Nelson Cunha Guimarães diz que do ponto de vista realista, que a probabilidade de receber dos inadimplentes será um desafio e que a Copasa está praticamente fechando a negociação para pagar o montante de oito milhões reais, que será dividido em parcelas nos meses de setembro, outubro e novembro. Considera que o IGAM terá até 2024 para concluir todo o processo de transição da cobrança, nos moldes do novo Decreto. Valter Vilela cumprimenta a todos, comunica que na data de 28 de setembro de 2021 terá a reunião do Conselho Estatual de Recursos Hídricos, que esse assunto será uma das pautas e que seria a oportunidade de apresentar a situação da Agência Peixe Vivo. Solicita que Célia Fróes faça uma apresentação sobre os fatos. Célia Fróes, informa que a reunião será festiva para comemorar os 10 anos da implementação da cobrança no Estado e que foi demandada para apresentar o que foi recebido e o que foi investido nesse período, no tempo de 12 minutos. Diz que o Thiago Santana Figueiredo, diretor do IGAM, deverá fazer uma contextualização geral da cobrança nos dez anos. Valter Vilela sugere que Nelson Cunha Guimarães, José Procópio, Jadir Oliveira ou João Melo assuma o papel de ser o porta voz da situação de repasse da cobrança no Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Nelson Cunha Guimarães pondera que o próprio Valter Vilela poderia ser o interlocutor dessa suspensão de pagamento. Valter Vilela concorda e solicita que Célia Fróes faça um resumo contextualizando toda a situação. - Pagamento de seguro para os conselheiros dos Conselhos de Administração e Fiscal. Nelson Cunha Guimarães passa para o segundo Informe e Célia Fróes explica que foi feita uma conferência com outras entidades obtendo a resposta que nenhuma adota seguro para Conselheiros. Informa que foi feito uma consulta com a própria auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA), cuja resposta foi negativa em relação contratação qualquer de seguro, que não tem como pagar seguro espontâneo com recurso da cobrança, por ser tratar de recurso público. Célia Fróes comunica que a Agência Peixe Vivo está com um processo na auditoria da ANA, que também levantou junto a AGEVAP e ABHA, sob o seguro de vida que é pago para os funcionários. No caso da Agência Peixe Vivo e da ABHA por se tratar de uma exigência da Convenção Coletiva do Trabalho (CCT), do dissídio coletivo anual que é obrigatório, e que terá até novembro para apresentar pareceres justificando a despesa. A Auditoria cogitou, inclusive, a devolução do valor pago, nos últimos cinco anos. Informa que o caso da AGEVAP é um pouco diferente, no processo de seleção eles colocam o seguro como um benefício para quem trabalha na Agência. Todos os conselheiros da Agência Peixe Vivo manifestaram preocupação por serem solidários a qualquer problema que possa acontecer na justiça, pois cada Conselheiro terá que assumir as custas judiciais de defesa. Nelson Cunha Guimarães propõe que haja mais envolvimento dos Órgãos Gestores para analisarem o bônus e o ônus da questão de seguro para os conselheiros e que o assunto seria discutido em outras reuniões. Propõe ainda recorrer da orientação apresentada pela ANA. Célia Fróes propõe unificar os interesses com as outras Entidades Delegatárias e em alguma oportunidade convidar o Auditor Chefe da ANA para falar do assunto seguro para os conselheiros. Márcio Pedrosa apresenta a proposta de levar o caso até a presidente da Abes Minas, para rever a representação no Conselho, caso não haja alteração da situação. João Melo sugere envolver a Agência Securitária



A



107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123124

125126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

Nacional e Júlio Nery sugere um bom parecer jurídico para levar argumentos aos Órgãos Gestores. Célia Fróes diz que fará uma nova fundamentação elaborada pela Coordenadora Jurídica da Agência Peixe Vivo. Taís Passos, assessora jurídica da Agência Peixe Vivo, explica que se trata de uma questão complexa que depende uma integração normativa para levar os questionamentos jurídicos aos Órgãos Gestores e que fará uma pesquisa para questionar o pagamento nos moldes de um seguro empresarial. Concluí que será feito o estudo e provocado novo parecer junto aos Órgãos Gestores até o final de novembro, quando retomará o assunto e apresentará o estudo. Nelson Cunha Guimarães agradece e ressalta que a reivindicação dos conselheiros não é sobre o seguro de vida e sim um seguro para resguardar dos riscos de ser conselheiro. Item 3 - Discussão sobre a proposta de alteração na composição do Conselho Fiscal da Agência Peixe Vivo. Nelson Cunha Guimarães explica que o ofício foi elaborado pelo presidente do Conselho Fiscal em função da responsabilidade que é o acompanhamento fiscal da Agência Peixe Vivo. O ofício foi entregue dia 13/07/2021 e propõe que a composição do conselho fiscal seja ampliada de 3 (três) membros titulares e três membros suplentes para 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes. O motivo da proposição de ampliação é para dar maior participação e segurança na análise dos processos. Nelson Cunha Guimarães explica que é necessária votação e consenso em relação à solicitação do Conselho Fiscal para efetuar a alteração no Estatuto Social da Agência Peixe Vivo. Entende que alteração irá garantir maior agilidade na análise dos processos, mas que provocará maior dificuldade de garantir quórum. Nelson Cunha Guimarães apresenta então uma proposta alternativa de ter cinco membros titulares sem suplentes para o Conselho Fiscal e solicita manifestação dos Conselheiros fiscais quanto à nova proposta. João Carlos Melo e Tarcísio Cardoso concordam que a proposta do Oficio poderia prejudicar a participação e alcance do quórum e aceitam a proposta alternativa. Valter Vilela entende que todo Conselho tem que ter o mesmo número de titulares e suplentes. Célia Fróes lembra que o Conselho normalmente é número ímpar e que a opção de cinco membros titulares e cinco suplentes poderá prejudicar o quórum. Nelson Cunha Guimarães pergunta a Célia Fróes se a Agência Peixe Vivo já teve formação sem suplentes e recebe a resposta que sim, que até 2017 eram todos titulares e que o presidente do Conselho de Administração, à época, Vitor Feitosa, apresentou um novo modelo de governança que foi adotado a partir de 2018. Célia Fróes complementa que a questão do quórum é importante, sempre metade dos membros, mais um da composição. Procópio diz ter conhecimento de outras organizações sem suplentes. Nelson Cunha Guimarães informa que qualquer mudança precisará da alteração no Estatuto da Agência. Célia Fróes informa que fará uma avaliação jurídica porque a alteração terá que ser realizada também no Estatuto Social, mas que a decisão é do Conselho de Administração. Jadir Oliveira lembra que no caso de empate na votação o presidente do Conselho de Administração fará o desempate. Valter Vilela pede um parecer jurídico para elucidar as dúvidas e que a votação poderia ser em outra reunião para tempo de análise do documento jurídico. Nelson Cunha Guimarães contemporiza que essa reunião extraordinária foi convocada específica para a votação da composição do conselho fiscal, mas que o aspecto jurídico terá que ser levado em consideração e, portanto, teria que ter um prazo para outra convocação. João Carlos Melo concorda com a fala do Nelson Cunha Guimarães e reforça que a proposta de alteração é para apoio e agilidade na análise dos processos. Tarcísio Cardoso agradece a atenção que todos os conselheiros estão tendo com a situação. Nelson Cunha Guimarães lembra que se aprovado o novo formato, o presidente do Conselho Fiscal será representante de um dos usuários. Tais Passos pondera para reflexão, a análise sob o aspecto da







142

143144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162 163

164

165

166

167

168

169

170 171

172

173 174

175

Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

transparência e informação, porque a função do suplente vai de encontro com a função lacônica de transparência e informação. Ressalva que o papel do suplente traz mais segurança jurídica, por que a princípio o papel do suplente é acompanhar o trabalho do titular e pondera se compensa retroagir a previsão do Estatuto, visto que teve alteração baseado num estudo de governança. Finaliza solicitando análise desses outros aspectos e que os pontos relevantes serão debatidos na próxima reunião, após o estudo jurídico. Tarcísio Cardoso diz que os suplentes teriam que realmente exercer o papel realizando as análises conjuntamente, o que não acontece na prática. Tais Passos concorda, mas levanta que o fato de existir uma figura do suplente, pode passar para população uma certa segurança, pelo fato de que existe mais alguém com uma legitimidade e propriedade para ter acesso a esse tipo de informação. Tarcísio Cardoso concorda. Tais Passos reforça a necessidade de pensar no caráter paritário na formação do Conselho. João Carlos Melo concorda. Após análises, Nelson Cunha Guimarães pergunta aos conselheiros se a votação será imediata ou se aguardam a avaliação para a próxima reunião. Valter Vilela vota para aguardarem a avaliação e o estudo jurídico, apesar de entender a preocupação de todos os Conselheiros. Tarcísio Cardoso agradece o entendimento de Valter Vilela e todos os demais conselheiros. Marcio Pedrosa entende a fala de Valter Vilela e informa que também entende a colocação. João Carlos Melo diz que compreende os posicionamentos de todos e reafirma o profissionalismo de todos os Conselheiros e que o debate é fundamental para ampliar e encontrar a melhor solução. Nelson Cunha Guimarães entende que teve um consenso e que a discussão deverá ser mais aprofundada, mais amadurecida, para uma decisão bastante consciente após exaurir todas as dúvidas legais. Recomenda que depois de exaurido o debate, uma nova proposta seja montada para posterior alteração no Estatuto Social. Weber Coutinho manifesta que a discussão foi muito boa, oportuna e que o próximo passo é o estudo jurídico e novo debate. Item 4 – Assuntos Gerais. Nelson Cunha Guimarães comunica que a próxima reunião será a votação para nova presidência dos Conselhos de Administração e Fiscal. Adianta que por questões pessoais e profissionais não se candidata a reeleição e que a vaga de Presidente do Conselho de Administração estará aberta. Agradece a Diretoria Executiva da Agência Peixe Vivo, mas por questão de disponibilidade de tempo para acompanhar todos os processos está adiantando o seu posicionamento. João Carlos Melo agradece a todos os Conselheiros e Diretoria da Agência Peixe Vivo e informa que por compromissos em vários Conselhos, também abdica do cargo de Presidente do Conselho Fiscal. Menciona que tentou contribuir com a Agência Peixe Vivo durante sua gestão como o Compliance e recomendações diversas, entre outras contribuições. Por questões de disponibilidade permanecerá na Assembleia, mas não ocupará cargo Presidencial. Jadir Oliveira agradece a todos os Conselheiros e Diretoria da Agência Peixe Vivo, comunica que não representará a FIEMG no Conselho de Administração, por questões de compromissos pessoais e profissionais. Provavelmente na próxima reunião do Conselho de Administração terá outro representante pela FIEMG. Célia Fróes agradece em nome de toda Agência Peixe Vivo a responsabilidade e comprometimento de Nelson Cunha Guimarães, João Melo e Jadir Oliveira. Propõe a Jadir Oliveira que convide a SIAMIG para a adesão como associada da Agência Peixe Vivo. Jadir Oliveira pede que seja direcionado um convite para a SIAMIG convidando para participar da adesão e será avaliado internamente. Item 5 – Encerramento. Não tendo mais assuntos a tratar, Nelson Cunha Guimarães , encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata, que será lida, aprovada pelos presentes e será assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e Secretária ad hoc.





Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo/Agência Peixe Vivo Ata da 9ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração 27 de setembro de 2021

Nelson Cunha Guimarães Guimarães Presidente do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo

> Simone dos Santos Reis Secretária ad hoc